



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XI CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA – 1ª ETAPA **Cuiabá – Mato Grosso** **18 de fevereiro de 2006**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 2 (duas) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico www.trt23.gov.br.
11. A sessão pública de identificação das provas e divulgação do resultado ocorrerá no dia 21.02.2006, a partir das 17 horas, na sede do TRT da 23ª Região, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 – Centro Político e Administrativo.

COMISSÃO DE CONCURSO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.

1) Sobre a organização da Justiça do Trabalho analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas:

- I - São órgãos da Justiça do Trabalho expressos na Constituição da República: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juizes do Trabalho;
- II - Junto ao Tribunal Superior do Trabalho funcionarão a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- III - O Tribunal Superior do Trabalho será composto de vinte e sete Ministros, escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, após aprovação pela maioria absoluta dos integrantes do Pleno daquele Órgão;
- IV - Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de no mínimo sete juizes, os quais devem ser recrutados na própria região, sendo nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho;

- a) Nenhuma proposição está correta;
- b) uma proposição está correta;
- c) duas proposições estão corretas;
- d) três proposições estão corretas;
- e) todas as proposições estão corretas.

2) Sobre a competência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições sociais, considerando a legislação e a jurisprudência consolidada, analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.

- I - Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais e seus acréscimos legais, decorrentes das decisões que proferir, relativamente à cota do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício ;
- II - Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais e seus acréscimos legais, decorrentes das decisões que proferir, relativamente à cota do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral da previdência social;
- III - A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado que integrem o salário-de-contribuição;
- IV - A competência da Justiça do Trabalho para execução das contribuições previdenciárias alcança as parcelas integrantes do salário de contribuição, pagas em virtude de contrato de emprego reconhecido em juízo, ou decorrentes de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, objeto de acordo homologado em juízo.

- a) Nenhuma proposição está correta;
- b) uma proposição está correta;
- c) duas proposições estão corretas;
- d) três proposições estão corretas;
- e) todas as proposições estão corretas.

3) Relativamente ao Ministério Público do Trabalho analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.

- I - O Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público da União juntamente com o Ministério Público Federal, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- II - A execução de Termo de Ajustamento de Conduta, envolvendo questão relativa a direitos difusos, é de legitimidade ativa exclusiva do Ministério Público do Trabalho;
- III – Não tendo sido parte no processo, o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para propor ação rescisória somente nos casos em que não foi ouvido no processo, em que lhe era obrigatória a intervenção, e quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei;
- IV - O Ministério Público do Trabalho não tem legitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado, exceto se o interesse for de empresas públicas ou sociedades de economia mista;
 - a) Nenhuma proposição está correta;
 - b) uma proposição está correta;
 - c) duas proposições estão corretas;
 - d) três proposições estão corretas;
 - e) todas as proposições estão corretas.

4) Considerando a legislação processual e a Jurisprudência consolidada, analise as proposições a seguir e indique ao final a alternativa correta.

- I- A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando Representadas em Juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de procuração;
- II- É incompatível com o Processo do Trabalho, uma vez que colidente com o princípio da celeridade, a regra contida no Código de Processo Civil segundo a qual quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhe-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer, e, de modo geral, para falar nos autos;
- III- Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado a qualquer delas, independentemente de anuência da outra, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente;
- IV– Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
 - a) Somente os itens I, II e IV estão corretos;
 - b) Somente os itens II, III e IV estão corretos;
 - c) Somente os itens I, II e III estão corretos;
 - d) Somente os itens II e IV estão Corretos;
 - e) Todos os itens estão corretos;

5) Sobre as provas no Processo do Trabalho analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.

- I - Nas ações sujeitas ao rito ordinário, cada uma das partes não poderá indicar mais que três testemunhas. Em se tratando de inquérito para apuração de falta grave, o número de testemunhas poderá ser elevado para seis;
- II - No rito ordinário as testemunhas comparecerão independentemente de notificação ou intimação. Aquelas que não comparecerem serão intimadas *ex officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva.
- III - Nas ações sujeitas ao rito sumaríssimo o número de testemunhas está limitado a duas e, na hipótese de não comparecerem, somente serão intimadas se restar comprovado que foram convidadas pela parte.
- IV - É ônus do empregador que possui mais que dez empregados o registro de jornada de trabalho através de controle manual, mecânico ou eletrônico. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho informada pelo trabalhador, a qual pode ser elidida por prova em contrário;
- V - A realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade. Quando não for possível sua realização, como no caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova.
 - a) apenas uma proposição está correta;
 - b) duas proposições estão corretas;
 - c) três proposições estão corretas;
 - d) quatro proposições estão corretas;
 - e) todas as proposições estão corretas;

6) Sobre o Sistema recursal no Processo do Trabalho analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.

- I - Os embargos à execução são o recurso através do qual o executado poderá suscitar discussão quanto à regularidade da penhora e do título, além de lhe ser permitido alegar o pagamento e a prescrição, bem como discutir a extensão de débito exequendo;
- II - Em agravo de instrumento deverá a parte juntar procuração, não servindo como substitutivo cópia da ata de audiência em que está consignada a presença do advogado do agravado que se encontra atuando com mandato tácito;
- III - Não se conhece de recurso para o TST quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta;
- IV - O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contra-razões. Não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença;
 - a) apenas uma proposição está correta;
 - b) duas proposições estão corretas;
 - c) três proposições estão corretas;
 - d) quatro proposições estão corretas;
 - e) todas as proposições estão corretas;(*)

7) Sobre a sentença e coisa julgada no Processo do Trabalho é incorreto afirmar que:

- a) Não há nulidade por julgamento “*extra petita*” da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, se o Juiz verificar que a reintegração for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio;
- b) A coisa julgada produzida na ação de cumprimento é atípica, pois dependente de condição resolutiva, ou seja, da não modificação da decisão normativa por eventual recurso. Assim, modificada a sentença normativa pelo TST, com a conseqüente extinção do processo, sem julgamento do mérito, deve-se extinguir a execução em andamento, uma vez que a norma sobre a qual se apoiava o título exequendo deixou de existir no mundo jurídico;
- c) Sentença prolatada em ações sujeita ao rito sumaríssimo dispensa a elaboração de relatório;
- d) É dispensável o trânsito em Julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento;
- e) A coisa julgada produzida em decorrência de ação coletiva que verse sobre interesses difusos será *erga omnes* e *ultra partes* quando os interesses envolvidos forem coletivos. A ação não poderá ser renovada, exceto se julgada improcedente por falta de provas, hipótese em que qualquer dos legitimados ou interessados, mesmo aqueles que intervieram como litisconsortes, poderão propor novamente a ação, inclusive com base no mesmo fundamento de direito.

8) Assinale a alternativa incorreta.

- a) Em tema de nulidade processual prepondera no Processo do Trabalho o princípio da transcendência, segundo o qual só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes;
- b) Pode haver conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada;
- c) A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência;
- d) Na Justiça do Trabalho as decisões interlocutórias, como regra geral, não ensejam recurso imediato;
- e) É passível de recurso imediato a decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado;

9) Sobre os títulos executivos na Justiça do Trabalho analise as seguintes proposições, apontando, ao final, a alternativa correta.

- I - Somente as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados perante a Justiça do Trabalho;
- II - É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria;
- III - Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á previamente a sua liquidação, que poderá ser feita por meio de cálculos, artigos ou arbitramento, sendo que no primeiro caso (cálculo) as partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação dos cálculos de liquidação, inclusive das contribuições previdenciárias incidentes.
- IV - Elaborada a conta e tornada líquida o juiz deverá abrir às partes o prazo sucessivo de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - a) Os itens I, II e IV estão corretos;
 - b) Os itens I e III estão corretos;
 - c) Os itens II e III estão corretos;
 - d) Os itens I, II e III estão corretos;
 - e) Os itens I, II, III e IV estão corretos;

10) Citado para pagar o débito exequendo ou garantir a execução em 48 horas, o devedor (Banco da Pesca S/A), dentro do prazo estipulado, peticionou apresentando Carta de fiança bancária emitida pelo próprio Banco do Pesca S/A. Os autos foram conclusos ao juiz para analisar a petição, a qual, devido ao acúmulo de serviço, não foi despachada. Passados 31 dias o executado opôs embargos à execução. A partir da situação apresentada assinale a alternativa incorreta.

- a) Os embargos devem ser rejeitados liminarmente, visto que não garantido o juízo, porquanto a fiança bancária autorizada por lei como forma de garantia não pode ser prestada pelo próprio devedor, mesmo que se trate de instituição bancária;
- b) Mesmo que fosse admitida a garantia do juízo através da apresentação de fiança bancária prestada pelo próprio devedor, os embargos deveriam ser rejeitados liminarmente uma vez que intempestivos;
- c) Não há de se falar em intempestividade dos embargos visto que sequer lavrado o auto de penhora incidente sobre a carta de fiança, tampouco intimado o executado acerca da penhora;
- d) O prazo para embargar a execução, no caso de a garantia do juízo ser feita através de fiança bancária, começa a correr da apresentação desta, independentemente de lavratura de auto de penhora e intimação do devedor;
- e) A garantia do juízo, como pressuposto de admissibilidade dos embargos à execução, pode ser feita através de apresentação de fiança bancária, pelo depósito em dinheiro do valor correspondente, bem como através da penhora de bens.

11) No tocante à execução contra a Fazenda Pública é correto afirmar que:

- a) É dispensável a expedição de precatório quando o débito da Fazenda Pública for qualificado como obrigação de pequeno valor, não havendo, nesta hipótese, ilegalidade na determinação de seqüestro da importância correspondente;
- b) O pedido de revisão dos cálculos, quando a execução se encontre em fase de precatório, somente poderá ser acolhido se o requerente apontar e especificar claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto, pois do contrário a incorreção torna-se abstrata;
- c) O pedido de revisão dos cálculos, quando a execução se encontre em fase de precatório, somente poderá ser acolhido se o defeito do cálculo esteja ligado à incorreção material ou à utilização de critério em desconformidade com a lei ou com o título executivo judicial;
- d) O pedido de revisão dos cálculos, quando a execução se encontre em fase de precatório, somente poderá ser acolhido se o critério legal aplicável ao débito não tenha sido objeto de debate na fase de conhecimento, nem na fase de execução;
- e) O seqüestro de verbas públicas para satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela se equiparando as situações de não inclusão da despesa no orçamento ou de não-pagamento do precatório até o final do exercício, quando incluído no orçamento;

12) Sobre as ações civis admissíveis no Processo do Trabalho aponte a alternativa incorreta:

- a) A ação de prestação de contas, dada a sua natureza cominatória, não serve como instrumento processual hábil para solver pretensão voltada à devolução de documentos e equipamentos;
- b) Desconsiderada a personalidade jurídica da empresa, com a inclusão do sócio na relação processual executiva, tendo sido ele devidamente citado em nome próprio para pagar o débito, não tem legitimidade para propor embargos de terceiro;
- c) Na contestação da ação de consignação em pagamento o consignado somente poderá alegar que não houve recusa ou mora em receber a quantia ou coisa devida ou que o depósito não se efetuou no prazo ou no lugar do pagamento;
- d) São exemplos de ações cíveis com cabimento no Processo do Trabalho o mandado de segurança, a ação monitória e a ação anulatória de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- e) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial passível de reforma mediante recurso próprio;

13) Sobre a ação civil pública analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas:

- I - Compete ao Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos;
 - II - A ação civil pública também pode ser utilizada pelo Ministério Público do Trabalho, com vista à proteção de interesses difusos dos trabalhadores;
 - III - A ação civil pública deve ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa, tratando-se de competência absoluta em razão do lugar, excepcionando a regra geral consagrada no Direito pátrio no sentido de que a competência territorial é relativa;
 - IV - A ação civil pública pode ter por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, além de condenação em dinheiro;
 - V - Se, no exercício de suas funções, os Juízes e Tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura de ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis;
- a) apenas uma proposição está correta;
 - b) duas proposições estão corretas;
 - c) três proposições estão corretas;
 - d) quatro proposições estão corretas;
 - e) todas as proposições estão corretas;

14) Sobre a tutela antecipada no Processo do Trabalho, considerando a jurisprudência trabalhista consolidada e a legislação correspondente, assinale a alternativa incorreta:

- a) a tutela antecipada prevista no Código de Processo Civil é compatível com o Processo do Trabalho, visto que constitui instituto voltado à efetividade e celeridade do processo;
- b) A antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo ao recurso;
- c) No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio;
- d) A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada (ou liminar);
- e) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, mesmo que presentes os respectivos pressupostos da cautelar, não poderá o juiz deferi-la, ante a inadequação da via processual eleita.

15) Indique a alternativa correta.

- a) Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento ou de empresas distintas integrantes do mesmo grupo de empregadores;
- b) Em audiência é facultado ao reclamado fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos, e cujas declarações obrigarão o proponente. Segundo sólida jurisprudência do c. TST não é necessário que o preposto seja empregado do reclamado;
- c) Terminada a instrução as partes poderão aduzir razões finais orais, ou requer a concessão de cinco dias para apresentá-las na forma de memoriais, sendo passível de nulidade a não concessão do prazo quando requerido;
- d) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional;
- e) As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16) Sobre o princípio do Juiz natural analise as seguintes proposições, indicando a alternativa correta:

- I - só são órgãos jurisdicionais os instituídos pela Constituição da República;
 - II – Ninguém pode ser julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato;
 - III – Entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem taxativa de competências que exclui qualquer alternativa deferida à discricionariedade de quem quer que seja;
 - IV – O princípio do Juiz natural visa assegurar a imparcialidade do juiz;
- a) somente os itens I, II e IV estão corretos;
 - b) somente os itens II, III e IV estão corretos;
 - c) somente os itens I, II e III estão corretos;
 - d) todos os itens estão corretos;
 - e) nenhum item está correto;

17) Sobre a modificação da competência assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência em razão do valor e do território poderá modificar-se pela conexão ou pela continência;
- b) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhe for comum o objeto ou a causa de pedir;
- c) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras;
- d) O juiz deve conhecer de ofício da conexão. Porém, prolatada a sentença não é mais possível determinar a reunião dos processos;
- e) Para que se configure a conexão é necessário que haja identidade tanto da causa de pedir próxima quanto da causa de pedir remota;

18) Sobre a intervenção de Terceiros, analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa correta .

- I - A assistência, conquanto não relacionada no CPC como modalidade de intervenção de terceiro, inequivocamente é instituto que pode ser qualificado como tal;
 - II - O interesse do terceiro que autoriza sua intervenção como assistente deve ser jurídico, servindo como exemplo aquele detido pelo credor, em ação condenatória promovida por terceiro contra o devedor;
 - III - A denunciação da lide somente é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;
 - IV - É admissível o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum;
- a) Todos os itens estão corretos;
 - b) Somente estão corretos os itens I e IV;
 - c) somente estão corretos os itens I, II e IV;
 - d) Somente estão corretos os itens II, III e IV;
 - e) Somente estão corretos os itens I, II e III;

19) Sobre as provas no Processo Civil indique a alternativa correta.

- a) O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento;
- b) Não se cuidando de interceptação de conversa telefônica ou de outro meio ilegal ou moralmente ilícito, mas simplesmente de reprodução de conversa mantida pelas partes e gravada por uma delas, há de ser esta gravação admitida como prova lícita;
- c) Em se tratando de documento cuja assinatura foi impugnada, o ônus da prova quanto à autenticidade da assinatura recai sobre a parte que apresentou a impugnação;
- d) É nula qualquer convenção que distribua o ônus da prova de modo diverso daquele estabelecido pelo CPC;
- e) A confissão do réu sobre fato controvertido equivale ao reconhecimento jurídico do pedido.

20) Sobre os princípios que regem os recursos no Processo Civil analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.

- I - O princípio do duplo grau de jurisdição não é ilimitado, podendo a lei em determinados casos restringir o cabimento de recursos e suas hipóteses de incidência;
 - II - Pelo princípio da taxatividade somente são recursos os meios impugnativos assim denominados e regulados na lei processual;
 - III - O princípio da singularidade estabelece que para cada decisão judicial recorrível, é cabível um único tipo de recurso;
 - IV - Em conformidade com o princípio da fungibilidade, não sendo o caso de erro grosseiro, o recurso erroneamente interposto poderá ser recebido como sendo o recurso correto, desde que preenchidos os pressupostos de admissibilidade deste;
 - V - O princípio do *non reformatio in pejus* impede que o Tribunal, ao analisar o recurso, altere para pior a decisão recorrida;
- a) todas as proposições estão corretas;
 - b) apenas uma proposição está correta;
 - c) apenas duas proposições estão corretas;
 - d) apenas três proposições estão corretas;
 - e) apenas quatro proposições estão corretas;

21) Quanto aos efeitos dos recursos indique a alternativa incorreta:

- a) O efeito devolutivo é desdobramento do princípio dispositivo, visto que impede o tribunal de conhecer matéria que não faz parte do recurso, ou seja, o recurso devolve ao tribunal somente a análise dos itens impugnados;
- b) O efeito suspensivo do recurso inibe a decisão impugnada de produzir efeitos, impedindo, por exemplo, a sua execução provisória;
- c) O efeito translativo autoriza que o tribunal conheça de certas matérias, ainda que não impugnadas, como as questões de ordem pública;
- d) Pelo efeito substitutivo a decisão que acolhe o recurso substitui, nos limites da matéria devolvida, a sentença recorrida. Uma vez conhecido e rejeitado o recurso não se verifica o efeito substitutivo, visto que neste caso manteve-se incólume a sentença atacada;
- e) Exceção ao efeito devolutivo ocorre com a possibilidade de o tribunal conhecer de questões discutidas e debatidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro, bem como de todos os fundamentos da ação ou da defesa;

22) Analise as seguintes proposições quanto à fraude à execução indicando qual delas está incorreta;

- a) O ato de disposição patrimonial praticado pelo devedor, quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra ele execução capaz de reduzi-lo à insolvência é considerado em fraude à execução;
- b) A fraude à execução independe da boa-fé do adquirente do bem alienado ou onerado;
- c) Assim como a fraude contra credores a fraude à execução não pode ser alegada na contestação dos embargos de terceiros;
- d) Também se considera em fraude à execução o ato de alienação ou oneração de bens quando sobre eles pender ação fundada em direito real;
- e) A fraude à execução constitui hipótese de ato atentatório à dignidade da justiça, passível de apenação através de multa em montante não superior a 20% do valor atualizado do débito;

23) Sobre o Processo Cautelar, indique a alternativa correta:

- a) Só em casos excepcionais, devidamente autorizados por lei ou a critério do magistrado, serão determinadas medidas cautelares sem audiência das partes;
- b) Além dos procedimentos específicos previstos no CPC, somente nas demais hipóteses previstas em leis extravagantes é que poderá o juiz determinar medidas provisórias se houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação;
- c) O indeferimento da medida cautelar, dado o seu caráter autônomo, não obsta a que a parte intente a ação principal, nem influi no julgamento desta, independentemente do fundamento utilizado para rejeitar a cautelar;
- d) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa, exceto quando preparatórias, hipótese em que o requerente pode escolher onde demandar;
- e) Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quanto esta for concedida em procedimento preparatório;

24) Sobre o arresto é incorreto afirmar que:

- a) Visa garantir, enquanto não chega a oportunidade da penhora, a existência de bens do devedor sobre os quais haverá de incidir a provável execução por quantia certa;
- b) Os permissivos legais do arresto, relacionados ao *periculum in mora*, podem ser resumidos no fundado receio de fuga ou insolvência do devedor, de ocultação ou dilapidação de bens ou de outro artifício tendente a fraudar a execução e nos casos expressos em lei;
- c) A prova literal da dívida líquida e certa também é pressuposto para a concessão do arresto. A literalidade consiste na exigência de que a prova somente pode ser feita através de documento.
- d) Não se equipara à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se;
- e) Julgada procedente a ação principal o arresto se resolve em penhora;

25) Analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.

- I - A impenhorabilidade tratada pela Lei 8.009/90 (bem de família) é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciário, trabalhista ou de outra natureza;
 - II - O prazo para opor embargos à arrematação começa a fluir a contar da assinatura da respectiva carta;
 - III - São absolutamente impenhoráveis as imagens e os objetos do culto religioso, mesmo sendo de grande valor;
 - IV - O espólio responde pelas dívidas do falecido. Feita a partilha, cada herdeiro responde até o limite do seu quinhão. Havendo mais de um herdeiro com quinhão superior à dívida, pode o credor escolher contra qual irá promover a execução;
- a) todas as proposições estão corretas;
 - b) apenas uma proposição está correta;
 - c) apenas duas proposições estão corretas;
 - d) apenas três proposições estão corretas;
 - e) nenhuma proposição está correta;

DIREITO CONSTITUCIONAL

26) Quanto ao controle de constitucionalidade analise as proposições seguintes e indique a alternativa incorreta.

- a) Pode ser difuso ou concentrado. O primeiro é exercido incidentalmente e pode ser efetuado por qualquer juiz ao analisar algum caso concreto. O segundo é de exclusiva competência do STF e analisa leis em tese;
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;
- c) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade somente podem ser propostas pelo Presidente da República; Mesas do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléias legislativas dos Estados; Procurador Geral da República; Conselho Federal da OAB; Governador do Estado ou do Distrito Federal e por Confederação Sindical ou Entidade de Classe de âmbito nacional;
- d) Quando o STF apreciar inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado;
- e) O Procurador Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do STF;

27) Sobre a Emenda Constitucional 45 assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas, indicando, ao final, a seqüência correta:

- I - Estabeleceu a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
 - II - Como norma programática instituiu o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas;
 - III - Instituiu a súmula vinculante, cuja função é impedir o seguimento de recursos interpostos contra decisões prolatadas em conformidade com a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal;
 - IV - Estabeleceu que as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo aquelas de cunho disciplinar tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;
 - V - Criou o Conselho Nacional de Justiça, ao qual, entre outras atribuições, compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes;
- a) V, V, F, V, V;
 - b) V, F, F, V, F;
 - c) V, V, F, F, V;
 - d) V, F, F, V, V;
 - e) F, V, F, V, F;

28) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos:

- a) A soberania, a cidadania, o pluralismo político e a igualdade entre os Estados;
- b) A dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a soberania e a defesa da paz;
- c) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político;
- d) A independência nacional, a soberania e a solução pacífica dos conflitos;
- e) O repúdio ao terrorismo, a prevalência dos direitos humanos a autodeterminação dos povos e a solução pacífica dos conflitos;

29) No que concerne ao princípio da igualdade aponte a alternativa incorreta:

- a) A lei geral, abstrata e impessoal que incide em todos igualmente, levando em conta apenas a igualdade dos indivíduos e não a igualdade dos grupos, muitas vezes acaba por gerar mais desigualdades e propiciar a injustiça;
- b) O legislador, a fim de equacionar a situação mencionada na alínea anterior, ao longo do tempo, editou leis setoriais para poder levar em conta diferenças nas formações e nos grupos sociais, sendo o Direito do Trabalho um exemplo típico dessa setorização;
- c) A igualdade constitucional é princípio posto como pilar de sustentação e guia de interpretação das normas jurídicas que compõe o sistema jurídico como um todo;
- d) O Princípio da igualdade tem como primeiro destinatário o interprete das normas positivadas e como segundo destinatário o legislador;
- e) O princípio da igualdade jurisdicional impede o juiz de distinguir situações iguais, assim como inibe o legislador de editar normas que permitam ao judiciário tratar de modo igual os desiguais ou de modo desigual os iguais;

30) Não compete privativamente à União legislar sobre:

- a) Direito Civil, Comercial, Penal, Processual e Aeronáutico;
- b) Diretrizes e bases da educação nacional;
- c) Organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;
- d) Normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas direta, autárquica e fundacional;
- e) Responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico;

31) São princípios expressos na Constituição, aos quais deve obediência a Administração Pública:

- a) Princípio da licitação pública, eficiência, moralidade e impessoalidade;
- b) Legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência;
- c) Princípio da licitação pública, da responsabilidade civil da administração, da impessoalidade e da moralidade;
- d) Legalidade, finalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência;
- e) Prescritibilidade dos ilícitos administrativos, licitação pública e responsabilidade civil da administração;

32) Sobre as Medidas provisórias é incorreto:

- a) Somente podem ser editadas em caso de relevância e urgência, sendo que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente declarado formalmente inconstitucionais aquelas que não atendem a tais requisitos;
- b) Não podem versar sobre direito processual penal e processual civil;
- c) Não podem versar sobre matéria reservada à Lei Complementar;
- d) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contados de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional;
- e) Terão sua votação sempre iniciada pela Câmara dos Deputados;

33) Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos expressos na Constituição analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.

- I - A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;
 - II - Os tratados em convenções internacionais sobre direitos humanos que foram aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
 - III - Em hipótese alguma poderá haver emenda constitucional tratando sobre direitos e garantias individuais;
 - IV - Nenhum brasileiro será extraditado, salvo comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;
- a) todas as proposições estão corretas;
 - b) apenas uma proposição está correta;
 - c) apenas duas proposições estão corretas;
 - d) apenas três proposições estão corretas;
 - e) nenhuma proposição está correta;

34) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da constituição, não sendo, contudo, de sua competência originária processar e julgar:

- a) O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- b) A homologação de sentença estrangeira e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;
- c) A extradição solicitada por Estado estrangeiro;
- d) A reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- e) O mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República;

35) No tocante à supremacia da Constituição, assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas, indicando, ao final, a seqüência correta:

- I - Pelo princípio da supremacia a Constituição é colocada no vértice do sistema normativo, funcionando como seu fundamento de validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos;
 - II - Nenhum governo federal, nem os governos dos Estados, nem dos Municípios ou do Distrito Federal são soberanos, porque todos são limitados, expressa ou implicitamente, pelas normas positivas da Constituição da República;
 - III - Tanto a inconstitucionalidade por ação quanto a inconstitucionalidade por omissão, violam o princípio da supremacia;
 - IV - Os sistemas de controle de constitucionalidade atuam como instrumento de preservação da supremacia da constituição, sendo que o Direito Constitucional Conhece três sistemas: o político, o jurisdicional e o misto;
- a) V, V, V, V;
 - b) V, F, F, V;
 - c) V, V, F, F;
 - d) V, F, F, V; (**)
 - e) F, V, F, V;

36) Avalie as proposições a seguir, assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.

- I - São direitos sociais, constitucionalmente garantidos, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social e a proteção à maternidade e a infância;
 - II - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular;
 - III - A União poderá intervir nos Estados quando estes deixarem de cumprir ordem judicial;
 - IV - Os subsídios pagos aos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos serão em parcela única, vedado o pagamento de qualquer outra verba, inclusive aquelas de caráter indenizatório;
- a) todas as proposições estão corretas;
 - b) apenas uma proposição está correta;
 - c) apenas duas proposições estão corretas;
 - d) apenas três proposições estão corretas;
 - e) nenhuma proposição está correta;

37) Estabelece a Constituição da República que Lei Complementar de iniciativa do STF, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

- a) ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em pelo menos uma das fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;
- b) Previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;
- c) O juiz titular residirá na respectiva comarca e nem mesmo o tribunal a que está vinculado poderá autorizá-lo a residir em outra localidade;
- d) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;
- e) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias úteis em que não houver expediente forense normal, juizes em plantão permanente;

DIREITO PENAL

38) Em relação aos crimes contra a honra, analise as seguintes proposições, indicando a alternativa correta:

- I - São considerados pelo Código Penal crimes contra a honra a calúnia, a injúria e a difamação;
 - II - A calúnia consiste na falsa imputação de prática de fato tipificado em lei como crime. A difamação é a imputação de fato ofensivo à reputação da vítima, conquanto não tipificado como crime. A injúria, distintamente da calúnia e da difamação, não se caracteriza pela imputação de fato, mas de qualidade negativa da vítima;
 - III - A intensidade das penas fixadas pelo Código Penal para os crimes contra a honra observa a seguinte escala decrescente: calúnia, injúria e difamação;
 - IV - A honra é interesse jurídico indisponível. Em face disso, o consentimento do ofendido não retira a ilicitude do fato e não exclui o delito;
- a) Estão corretos os itens I, II e III;
 - b) Estão corretos os itens II, III e IV;
 - c) Estão corretos os itens I, III e IV;
 - d) Estão corretos os itens I e IV;
 - e) Estão corretos os itens I e II;

39) São considerados crimes contra a organização do Trabalho;

- a) O atentado contra a liberdade do trabalho, o atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta; o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional;
- b) O assédio sexual e o constrangimento ilegal praticado pelo empregador contra empregado;
- c) O assédio sexual, a redução à condição análoga à de escravo e o atentado contra a liberdade de associação;
- d) O assédio sexual, a redução à condição análoga à de escravo e o atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta;
- e) O atentado contra a liberdade do trabalho, Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta; aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional; a redução à condições análogas a de escravo e o assédio sexual;

40) São componentes do tipo:

- a) a conduta dolosa ou culposa; o resultado (exceto nos crimes de mera conduta); o nexo causal (salvo crimes de mera conduta e formais) e a tipicidade;
- b) somente a conduta dolosa; o resultado (exceto nos crimes de mera conduta); o nexo causal (salvo crimes de mera conduta e formais) e a tipicidade;
- c) a conduta dolosa ou culposa; o resultado, inclusive nos crimes de mera conduta; o nexo causal (salvo crimes de mera conduta e formais) e a tipicidade;
- d) a conduta dolosa ou culposa; o resultado (exceto nos crimes de mera conduta); o nexo causal (salvo crimes de mera conduta e formais) e a atipicidade;
- e) somente a conduta culposa; o resultado (exceto nos crimes de mera conduta); o nexo causal (salvo crimes de mera conduta e formais) e a tipicidade;

DIREITO ADMINISTRATIVO

41) Analise as afirmativas enumeradas de 1 até 5 e ao final escolha a alternativa correta de a até e.

1. A Emenda Constitucional nº 19/98 acrescentou ao *caput* do Art. 37 da Constituição Federal o princípio da eficiência.
2. A Administração Pública precisa ser provocada para rever seus atos, sendo defeso revê-los de ofício.
3. As omissões genéricas do Administrador Público não podem ser qualificadas como ilegais.
4. O agente que atua fora dos limites de sua competência atua com desvio de poder. O agente, embora dentro de sua competência, afasta-se do interesse público, que deve nortear todo o desempenho administrativo, atua com excesso de poder.
5. O controle judicial alcançará todos os aspectos de legalidade dos atos administrativos, não podendo, todavia, estender-se à valoração da conduta que a lei conferiu ao administrador.

As alternativas são:

- a) As afirmativas 1, 2 e 3 estão incorretas.
- b) As alternativas 1, 3 e 5 estão corretas.
- c) As alternativas 1, 3 e 4 estão corretas.
- d) As alternativas 1, 4 e 5 estão incorretas.
- e) As alternativas 2, 3 e 4 estão corretas.

42) Sobre o Poder Regulamentar conferido ao Presidente da República marque a opção correta.

- a) É faculdade que pode ser delegada.
- b) É forma de criar direitos e obrigações.
- c) É poder independente e descricionário.
- d) É poder autônomo.
- e) É poder vinculado e limitado.

43) Assinale a alternativa incorreta.

- a) É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- b) O ato de revogação é de caráter definitivo.
- c) São revogáveis os atos integrativos de um procedimento administrativo, pela simples razão de que se opera a preclusão do ato anterior pela prática do ato sucessivo.
- d) Há limitação do dever de se validar ato administrativo quando as conseqüências jurídicas do ato gerarem consolidação fática cuja manutenção é de interesse público.
- e) Aplica-se a cassação do ato quando o beneficiário descumprir condições que permitem a manutenção do ato e de seus efeitos.

44) Analise as afirmativas enumeradas de 1 até 5 e ao final escolha a alternativa correta de a até e.

1. É viável a outorga de poder normativo às Agências quando prevista em lei.
2. O Poder Executivo pode rever os atos das Agências Reguladoras.
3. As Agências Reguladoras são criadas por lei e associadas a um sub-sistema normativo.
4. As Agências Reguladoras não sofrem controle realizado por Tribunal de Contas.
5. As decisões tomadas pelas Agências Controladoras são monocráticas.

As opções são:

- a) 1-V, 2-V, 3-F, 4-F, 5-V.
- b) 1-F, 2-F, 3-V, 4-F, 5-V.
- c) 1-F, 2-V, 3-F, 4-V, 5-F.
- d) 1-V, 2-F, 3-V, 4-F, 5-F.
- e) 1-F, 2-V, 3-F, 4-V, 5-V.

45) Associe as alternativas enumeradas de 1 até 5 com as alternativas de A até E.

Escolha entre as opções ao final a que contém a seqüência correta.

1. Conjunto de meios através dos quais pode ser exercida função de natureza fiscalizatória sobre determinado órgão ou pessoa administrativa.
2. Pessoa Jurídica Administrativa com relativa capacidade de gestão dos interesses a seu cargo, criada por lei e controlada pelo Estado onde se originou.
3. São todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de direito privado para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, mantidos por dotações orçamentárias ou contribuições parafiscais.
4. Prerrogativa das Autarquias Especiais.
5. Seus agentes não podem acumular seus empregos com cargos ou funções públicas, conforme a previsão do Art. 37, XVII, da Constituição Federal.

- A. Sociedade de Economia Mista.
- B. Controle.
- C. Poder Normativo Técnico.
- D. Autarquia.
- E. Paraestatais.

As opções são:

- a) 1-B, 2-D, 3-A, 4-E, 5-C.
- b) 1-B, 2-E, 3-A, 4-C, 5-D.
- c) 1-C, 2-A, 3-D, 4-B, 5-E.
- d) 1-B, 2-D, 3-E, 4-C, 5-A.
- e) 1-C, 2-B, 3-E, 4-A, 5-E.

46) Assinale a alternativa correta.

- a) Para a aplicação da Responsabilidade Civil do Estado é necessária a verificação do fator culpa em relação ao fato danoso.
- b) A norma reforça a sujeição do Poder Público à responsabilidade subjetiva tendo como fundamento a Teoria do Risco Administrativo.
- c) As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista estão sujeitas à responsabilidade objetiva.
- d) A Responsabilidade Civil do Estado é subsidiária uma vez que este responde quando o agente público não mais tiver forças para cumprir a obrigação de reparar o dano.
- e) O Estado não responde por conduta omissiva.

47) Assinale a alternativa correta.

- a) Por disposição constitucional ficará o juiz individual e civilmente responsável pela condenação por erro judiciário independentemente do dolo.
- b) A Fazenda Pública será civilmente responsável apenas no caso em que for comprovada a culpa manifesta do servidor público no exercício de suas funções.
- c) A Fazenda Pública indenizará o condenado penalmente por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- d) A Fazenda Pública é civilmente responsável por erro judiciário contido em sentença.
- e) Em caso de improbidade administrativa o agente público sofrerá como penalidade apenas a perda da função pública e multa.

48) Associe as alternativas enumeradas de 1 até 5 com as alternativas de A até E.

Escolha entre as opções ao final a que contém a seqüência correta.

- 1. O Servidor é alçado de cargo integrante de uma classe para cargo de outra classe.
- 2. O Servidor permanece no mesmo cargo, mas dentro dele percorre um iter-funcional.
- 3. O Servidor é elevado de cargo situado na classe mais elevada de uma carreira para o cargo da classe inicial de carreira diversa.
- 4. O Servidor é deslocado no âmbito do mesmo quadro.
- 5. O Servidor é deslocado para quadro diverso.

- A. Ascensão.
- B. Remoção.
- C. Progressão.
- D. Redistribuição.
- E. Promoção.

As opções são:

- a) 1-A, 2-B, 3-E, 4-D, 5-C.
- b) 1-E, 2-C, 3-A, 4-B, 5-D.
- c) 1-C, 2-D, 3-B, 4-E, 5-A.
- d) 1-E, 2-A, 3-D, 4-C, 5-B.
- e) 1-B, 2-D, 3-C, 4-A, 5-E.

49) Considere o caso de um Servidor Público Federal que tomou posse posteriormente à promulgação da Emenda Constitucional nº 41/2003. Dentre as alternativas abaixo marque a que não se aplica para esse caso.

- a) Sujeição ao teto federal previsto no Art. 37, XI da EC 41/2003.
- b) Limitação dos proventos de aposentadoria ao teto do Regime Geral de Previdência Social.
- c) Não terá direito à integralidade dos proventos de aposentadoria.
- d) No caso de servidor do sexo masculino a idade mínima para se aposentar será de 55 anos e 35 anos de contribuição. No caso de servidor do sexo feminino a idade mínima para se aposentar será de 50 anos e 30 anos de contribuição.
- e) As pensões devidas aos cônjuges supérstites ou dependentes sofrerão redução.

50) Sobre a desafetação como instrumento de intervenção da propriedade, assinale a alternativa correta.

- a) Fato ou manifestação do Poder Público mediante o qual bem jurídico é subtraído à dominialidade estatal para incorporar-se ao domínio privado do Estado ou do Particular.
- b) ato pela qual a Lei torna alienável o bem público.
- c) É a forma pela qual a propriedade pública fica desonerada da finalidade privada na qual vinha sendo utilizada.
- d) A descaracterização do interesse individual na utilização do bem público.
- e) É sinônimo de investidura.

(*) A letra “e” da questão n. 06 foi retificada, passando a admitir como resposta: “NDA”.

(**) A letra “d” da questão n. 35 foi retificada, passando a admitir como resposta: “FFFV”.